

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.348.758 - AC (2018/0212670-1)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : ANA BETANIA MARQUES LIMA
ADVOGADOS : RENATO CÉSAR LOPES DA CRUZ - AC002963
ROBERTO BARRETO DE ALMEIDA - AC003344
LEILA GORETTE DE SOUZA SILVA - AC004018
AGRAVADO : THIAGO FERNANDES DUARTE
ADVOGADOS : RAIMUNDO NONATO DE LIMA - AC001420
ANA PAULA DINIZ DA SILVA - AC004091
HELENA LOISE ALVES SOBRAL - AC004035

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - NEGATIVA DE TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - AUSÊNCIA DE PROVA MÍNIMA DA EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE AS PARTES - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PREVIO PEDIDO ADMINISTRATIVO À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - ENTENDIMENTO DO STJ FIXADO NA FORMA DO ARTIGO 543-C DO CPC/1973 - AGRAVO IMPROVIDO.

1. O STJ, no julgamento do Recurso Especial nº 1.349.453 -MS, representativo de controvérsia e julgado na forma do artigo 543-C do CPC/1973 passou a entender necessária a comprovação de prévio pedido extrajudicial como requisito para a propositura de ação cautelar de exibição de documentos, entendimento ainda aplicável na forma da jurisprudência desta Corte de Justiça.
2. Pedido de tutela cautelar antecedente de produção de provas com pedido de exibição de documentos que foi apresentado sem prova mínima da existência de relação jurídica entre as partes e sem prova da existência de pedido administrativo na forma alegada em desatenção aos preceitos do artigo 397 do CPC/2015 que estabelece como obrigatória "a individuação, tão completa quanto possível, do documento" e "as circunstâncias em que se funda o requerente para afirmar que o documento ou a coisa existe e se acha em poder da parte contrária".
3. Via estreita do agravo de instrumento que impede extensão do conhecimento sobre a matéria sob pena de supressão de instância e interferência no julgamento do mérito da causa.

4. Agravo improvido.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do especial, aponta a parte agravante violação aos artigos 303, 305, 381, 396 do CPC.

Alega que a recorrida tem o dever e a obrigação de fornecer os documentos solicitados.

Assevera que para ser proposta a liquidação de sentença faz necessário ter acesso ao valor exato que deixou de recuperar do valor capital investido.

Da análise dos autos, observo que suas alegações de ofensa à lei federal não merecem prosperar.

De início, observo que o Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, apurou que não existe o mínimo lastro probatório acerca da existência de relação jurídica entre as partes:

[...]

Também não existe nos autos prova mínima da existência de relação jurídica entre as partes ou individuação mínima do contrato firmado tal como número ou mesmo dia em que foi firmado.

A inicial indica valores sobre os quais não há menor prova sendo de conhecimento público que os aportes na empresa agravada eram realizados mediante depósitos e/ou transferências bancárias por meio eletrônico e através do site da acionada conforme admite a própria parte recorrente.

Não é possível, pois, que não tenha a parte agravante prova de um depósito ou transferência que pode ser concedida com a instituição bancária na qual possui conta ou onde realizou os depósitos.

(-) Neste sentido e na forma sedimentada pelo STJ para que seja obrigada a exibir documento é necessário que se comprove a recusa de exibição administrativa do mesmo o que sustenta foi feito pela parte recorrente, mais uma vez sem qualquer prova de suas alegações.

(-) Compulsando os autos é que se pode perceber que não cuidou a parte agravante nos autos originários ou nas razões recursais de providenciar "a individuação, tão completa quanto possível, do documento" que busca seja exibido e não trouxe mínima prova quanto "as circunstâncias em que se funda o requerente para afirmar que o documento ou a coisa existe e se acha em poder da parte contrária", na forma exigida por lei.

(-) Por fim observo que não se está a decidir quanto ao direito pleiteado, mas apenas reconhecer que, no atual momento processual,

diante das provas carreadas aos autos não há elementos mínimos que permitam deferir a tutela cautelar antecedente de exibição de documentos.

[...]

O acolhimento das razões do recurso especial, a fim de demover as conclusões da Corte de origem e, com isso, caracterizar a existência de relação jurídica entre as partes, demandaria reexame de matéria fática, o que esbarra na Súmula 7 do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora